

JUVENTUDE: UMA CATEGORIA HISTÓRICA E SÓCIO-CULTURAL*Claitonei de Siqueira Santos***Roseli dos Santos Baldoíno***

Resumo: O presente trabalho discute a juventude como categoria histórica e sociocultural, buscando discernir as concepções e representações em torno da construção do segmento juvenil nos diferentes períodos históricos. Para efeito da análise, adotou-se didaticamente o modelo quadripartite Francês de divisão da história. O estudo concebe uma perspectiva não monolítica de juventude, procurando desenvolver uma reflexão discernindo como este segmento constituiu-se em preocupação nos diferentes momentos históricos, sobretudo na modernidade, período de efervescência da juventude como grupo social distinto, ligado a lógica da empregabilidade e do consumo. A partir de então vários campos do conhecimento científico tem se preocupado com as particularidades do universo juvenil e, muito contribuído para sua compreensão no campo teórico.

Palavras-chave: Juventudes. Particularidades. Categoria Histórica. Sociocultural.

Abstract: This paper discusses the youth as historical and socio-cultural category, seeking to discern the views and representations around the construction of the youth segment in different historical periods. For purposes of analysis, it adopted didactically quadripartite the French model of division history. The study conceives a non monolithic perspective of youth, seeking to develop a reflection discerning as this segment consisted of concern in different historical moments, especially in modernity, youth effervescence period as a distinct social group, on the logic of employment and consumption. Since then various fields of scientific knowledge has been concerned with the particularities of juvenile universe, much contributed to their understanding of the theoretical field.

Keywords: Youths. Quirks. Historical category. Sociocultural.

* Mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, membro do grupo de pesquisa registrado no Cnpq, Agrupamentos e Culturas Juvenis: Espaços de Sociabilidade e de Formação (PUC-Goiás); Professor no Instituto Superior de Educação (ISE) da Faculdade Alfredo Nasser e no Departamento de Educação (EDU) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (claitoneiunifan@hotmail.com.br).

** Graduada em História (Licenciatura) pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN. Pós-Graduação *latu-sensu* (em curso), História Cultural, pela Universidade Federal de Goiás.

INTRODUÇÃO

Vários autores¹ têm proporcionado importantes contribuições a respeito da temática em questão, demonstrando as ambigüidades em torno do que é ser jovem. Associado a essas discussões e em conformidade com pesquisas recentes (CANEZIN GUIMARÃES, 2008, 2009, VALENTE, 2010, SANTOS, 2011a), o estudo concebe uma perspectiva não monolítica de juventude, procurando desenvolver uma reflexão discernindo como este segmento constituiu-se em preocupação nos diferentes momentos históricos, na Antiguidade, no medievo e, sobretudo na modernidade, momento de efervescência da juventude como grupo social distinto, ligado, entretanto, a lógica da empregabilidade e do consumo.

Nas ciências sociais, sobretudo nas abordagens socioculturais, a juventude é assumida como categoria complexa devido aos fatores históricos e socioculturais que compõe sua construção em momentos e épocas distintas. Por outro lado, o segmento juvenil ao ser uma construção social, sua delimitação por meio da idade, apresenta algumas limitações. Segundo Bourdieu (1983), sempre se é jovem ou velho de alguém. Deste modo, a definição de juventude pela faixa etária, mesmo sendo um aspecto balizador utilizado pelos pesquisadores, não significa que se reduz a ela.

A discussão concernente à juventude tem assumido relevância significativa, sobretudo no último quartel do século XX, no entanto, não significa dizer que surgiu nesse período. A sua constituição tem imbricações históricas, conforme se procurará mostrar. Deste modo o século em questão é assumido como marco delimitador da juventude como grupo social distinto no interior das formações sociais. A Europa foi palco inicial desse processo, posteriormente ele se espalhou para outras regiões do globo. Porém, quase sempre carregado de controvérsias.

Buscar uma definição para a juventude torna-se de fundamental importância, porém é tarefa árdua e extremamente complexa, à medida que não se trata de uma categoria única e homogênea. Os critérios que a constituem, conforme Bourdieu (1983) são de ordem histórica e sócio-culturais; o autor argumenta ainda que a juventude é apenas uma palavra. Assim, as definições sobre o que é ser jovem perpassam pelos

¹ Abramo (1994); Bourdieu (1983); Carrano (2000); Canezin Guimarães (2008); Dayrel (2003); Hobsbawm (1995); Levi; Shimitt (1996) Dentre Outros.

processos históricos que se constituem a partir dos condicionantes existentes em cada época.

Nessa direção León (2009, p. 54), argumenta que a juventude não é “um ‘dom’ que se perde com o tempo, mas uma condição social com qualidades específicas que se manifestam de diferentes maneiras segundo as características históricas e sociais de cada indivíduo”. Assim sendo, necessário se faz atentar para as imagens reproduzidas a respeito dos jovens. É oportuno frisar, ainda, que a intenção deste artigo não é discorrer sobre as fases do ciclo da vida, na qual as etapas aparecem definidas de forma esquemática, simples e de modo estanque, a saber: criança, adolescente, jovem, adulto ou velho.

Desse modo, a investigação centra na compreensão de juventude destacando que as etapas da vida foram instituídas a partir de pressupostos estabelecidos por cada sociedade e, muitas vezes atribuídas às diferentes fases da vida através de rituais ou cerimônias demarcadoras dos vários períodos do ciclo de vida.

ANTIGUIDADE CLÁSSICA, IDADE MÉDIA E JUVENTUDE?

A juventude, durante muito tempo, foi considerada como um período de preparação para a vida adulta, marcada por várias turbulências. Essa perspectiva aparece em algumas discussões desde a Grécia e Roma, perpassou pela Idade Média e assumiu melhor delineamento somente na era Moderna.

É lugar comum entre os historiadores, e isso não é corriqueiro, a assunção das contribuições da Antiguidade Clássica para a sociedade moderna. O ideal de beleza, a estrutura de organização socioeconômica, política, cultural e educacional, serviram de balizadores para as sociedades posteriores e, por conta disso, ainda são presentes.

Espartanos e Cretenses foram os fundadores do regime educativo, esforçavam-se pela qualidade aristocrática das instituições educacionais, pois esta se dava pelo desejo de se constituir uma sociedade militar e igualitária. Assim, a Paidéia não poderia se sustentar sem a pederastia, considerada pelos dórios² como a relação íntima existente entre dois companheiros do mesmo sexo, podendo designar também um relacionamento erótico entre um homem mais velho e outro mais novo.

² Povo de origem indo-européia que habitou a região central da Europa antes do século XII A.C. A partir deste século, os dórios migraram para a Península Balcânica e participaram da formação militar de várias cidades-estados da Grécia Antiga. Os espartanos eram descendentes dos dórios, fato que explica a belicosidade de Esparta na antiguidade.

A educação na Grécia – *Paidéia* – a partir do século V a.C. exigia a formação da criança ou do ‘jovem’ para o exercício da cidadania, cujo objetivo era torná-lo um cidadão perfeito, ou seja, que soubesse viver na cidade, governar e obedecer, de acordo com as normas da justiça. O processo de socialização grego tinha papel específico para os jovens, ele aparece com a finalidade de formar o indivíduo para a sociedade. Deste modo o jovem através da *Paidéia* passava a ser iniciado nos caminhos do saber, pois sem este quesito a cidade não poderia existir.

A *paidéia* não busca somente adaptar o cidadão à sociedade. Ela deve contribuir para revelar qualidades humanas presentes em estado virtual em todos os futuros cidadãos, mas que precisam ser descobertas e desenvolvidas por meio de treinamentos específicos. A *paidéia* identifica-se com o comportamento global, com aptidões psicológicas e morais que não se limitam unicamente à aprendizagem de certo número de militares (SCHNAPP, 1996, p. 19).

Ante esse contexto, os autores explicam que o jovem era o centro desse procedimento e toda a cidade cuidava dele como se fosse seu próprio coração. Deste modo, a *paidéia* buscava estabelecer dependência recíproca entre jovens, fortalecendo as relações entre grupos etários. Daí, a importância atribuída aos processos educativos, já que estavam integrados à manutenção da polis. Dessa forma, a *paidéia* tinha a ideologia que assegurava a independência da cidade, ancorada na educação do corpo e do espírito dos jovens para a sua formação cívica, preparando-os como cidadãos que serviria aos interesses da cidade.

É em função dessa preocupação com os jovens que “a coluna vertebral da vida em sociedade é a *paidéia*, a educação, a distinção que permite o acesso dos jovens a um saber partilhado sem o qual a cidade não poderia existir” (SCHNAPP, 1996, p. 19). Desse modo, na sociedade grega antiga a presença desses grupos estava ligada a distintas práticas e atividades sociais, culturais como também esportivas, porém, todas elas desenvolvidas e articuladas em torno dos interesses da cidade e da *paidéia* (SANDOVAL, 2005).

Esses elementos eram de extrema e fundamental importância para o bom funcionamento da sociedade grega. A *paidéia* é a tentativa constante de estabelecer solidariedades entre os grupos etários, fortalecendo suas relações para que assuntos particulares não se sobreponham ao bem comum de todo grupo. Caso contrário, poderia “eventualmente, favorecer facções que destroem a cidade a partir de dentro. Assim, é preciso definir um programa educativo útil à cidade inteira e não só a alguns grupos

privilegiados suscetíveis de por seus interesses particulares acima dos da cidade como um todo” (SCHNAPP, 1996, p. 20).

A concepção de *paidéia* ideal, portanto, é aquela que tem condições de evitar a discórdia, afastando desse modo o risco de desintegração social. “A *paidéia* é antes e acima de tudo uma arte de viver na cidade: A formação da virtude desde a infância, que desperta o desejo e a paixão de tornar-se um cidadão completo, de saber comandar e obedecer segundo a justiça” (SCHNAPP, 1996, p. 20). Daí, a importância das instituições educativas para formação dos valores necessários a vida na polis, dentre eles a preocupação e busca constante pela integração social. É nesse contexto que se insere também as relações homo afetivas.

Faz-se necessário, ainda, esclarecer que o relacionamento entre jovens e adultos, destacado anteriormente, era algo comum nos processos educativos dos gregos. Conforme Bethe (apud SCHNAPP, 1996, p. 23) “a relação sexual entre o *erastès* e o *eròmeno* não é um desvio das instituições pedagógicas, e sim o alicerce da *paidéia* [é também] o ideal da camaradagem guerreira e uma alta aspiração que se realiza nos casais de pederastas”.

Esse aspecto, entretanto guarda particularidades e o seu sentido ancora-se aos valores e crenças específicos de seu tempo. Assim, na Grécia, a Pederastia³, em seu momento de plenitude, assumiu o sentimento de esmero pessoal, com conotação de doação de si para o outro, logo, foi assumido como ideal de companheirismo guerreiro e, conseqüentemente uma alta aspiração a ser conquistada. Portanto, “um sentimento muito profundo da honra impedia que os amantes, unidos pelo Eros masculino, cometessem qualquer ação vil” (JARGER apud SCHNAPP, 1996, p. 23).

O que se pode compreender desse processo é que o panorama da educação grega tinha como objetivo orientar os jovens do sexo masculino. Deste modo, ela “revela un sistema educativo en que era determinante el papel jugado por distintos estratos etéreos. En o caso de los niños, éstos constituían una microsociedad sumisa, sometida al mundo adulto bajo sus reglas particulares” (SANDOVAL, 2005, p. 71). Na Grécia havia a exaltação dos valores masculinos. Portanto, uma sociedade de homens, onde as mulheres ficavam em segundo plano. Mas isso não significa que as suas vozes desapareceram em meio a esse universo masculino.

³ Para os Dórios (povo de origem indo-européia) é relação íntima existente entre dois companheiros do mesmo sexo podendo designar também um relacionamento erótico entre um homem mais velho com um jovem.

Havia, entretanto uma clara distinção dos papéis realizados por cada sexo, das atividades desenvolvidas pelas mulheres a que mais se destacava era a dança, visto que ser uma boa bailarina era sinônimo de boa educação. Para os homens a valorização estava na destreza, força física, coragem e nos combates travados entre ambos. Contudo, conforme assinala Schnapp (1996, p. 54) “da época arcaica à época clássica, a figuração dos jovens e das jovens na Grécia passou da periferia ao centro, das margens, dos bosques e das colinas às pistas do estádio”. Isso demonstra que as jovens participavam desse contexto, mesmo sendo preterida pelo universo masculino.

Os jovens se constituíam cada vez com maior intensidade no centro e também preocupação das cidades gregas. Aos quais era necessário impor regras de conduta sociais para a vida na polis. Isso demonstra que tanto gregos como romanos se preocupavam com o universo juvenil. No entanto, Sandoval (2005) argumenta que as diferenças em relação aos jovens e os anciões em ambas as sociedades era ambígua. O que se percebe é que em Roma havia uma tentativa maior no sentido de definir e delimitar os grupos etários por meio da idade.

Argumentando sobre a história de Rômulo e Remo, Sandoval (2005) destaca que nesse período já existia a distinção dos grupos etários e a formação do que se poderia chamar de grupamentos juvenis. O autor salienta que “así como hoy día se habla de lãs pandillas juveniles, las bandas o las tribus urbanas, y en La Roma antigua existía este tipo de grupos juveniles, por ejemplo, los lupercos. Estos eran un grupo de jóvenes muy cercanos a Rómulo e Remo” (p. 71).

Conforme as argumentações, diferentemente da Grécia, na Roma é possível verificar uma preocupação maior com a representação dos grupos humanos etários por meio da idade. Esta, ainda não muito clara, entretanto, apresentava certa definição uma vez que a juventude romana era considerada uma fase da vida. Assim, conforme as ponderações de Frascetti (1996, p. 70), “segundo Varrão, em Roma continuava-se *puer* até os quinze anos, adolescência (*adulescentia*) durava dos quinze aos trinta, a juventude (*iuventia*) dos trinta aos 45 anos”.

A divisão apresentada pelos romanos para os grupos etários, um tanto estendida do que se compreende nos dias atuais, principalmente para a juventude, era utilizada somente para os jovens do sexo masculino. Deste modo a situação das mulheres foi diferente, visto que não eram classificadas pela idade, mas sim pela sua condição física ou social. Antes do casamento elas eram fisicamente virgens, depois deste se tornavam

esposas e, conseqüentemente após terem filhos passavam a ser mães (SANDOVAL, 2005).

Apesar dessa diferenciação a divisão pela idade para os romanos era algo controverso e pouco balizado, pois constantes confusões emergiam em torno dela, mesmo assim, a presença de rituais de passagem existia. No caso dos jovens do sexo masculino Sandoval (2005, p. 74) destaca que “ritualmente el inicio de la juventude se hacía coincidir com la toma de la *toga viril* y el término de la misma, en caso de los jóvenes de clase alta, cuando comienzan a hacerse cargo de las primeiras magistraturas, entrando así al mundo de los adultos”. As tentativas, entretanto, em delimitar de forma mais precisa as fases da vida esteve associada a busca pelo controle dos grupos etários juvenis.

Ainda em relação as confusões em torno da idade, algumas alterações são apresentadas por Isidoro de Sevilha no início do século VII d.C., a infância durava até os sete anos, a *pueritia* seguia dos sete aos catorze, a adolescência seguia como um dos ciclos da vida compreendendo a fase dos catorze aos vinte e oito, a juventude aparece como a etapa seguinte, correspondente a idade entre 28 e cinquenta anos. Sobre esse processo Frascetti (1996, p. 70), argumentam que há uma “discrepância profunda entre essas definições dos grupos etários e os ciclos biológicos reais da vida humana”.

Essas variações nas representações das fases da vida, descritas como anomalias, esquisitices, são explicadas a partir de três perspectivas. A primeira centra na confusão sobre o tesouro da deusa romana *Iuventas*⁴, da qual Dionísio, atribuindo a Sérvio Túlio, não soube precisar bem a ocasião necessária para depositar moedas, ou seja, quando se começava a ser “jovem” ou no momento da fase “adulta” (FRASCETTI, 1996).

A segunda tentativa de explicação ancora-se nas instituições militares e políticas romanas, tomando como base a reforma do exército atribuída a Sérvio Túlio. Nesta, constatou-se que a passagem de *iuniores* a *seniores* ocorria justamente aos 45 anos, fase final da *iunventus*. Para Frascetti (1996, p. 70-71), “de modo analógico o limite dos 45 anos destinados a dividir no exército *iuniores* e *seniores* parece a consequência, e não a causa, de um sistema social específico e determinado”.

Na tentativa de esclarecer o excessivo prolongamento da juventude, a terceira perspectiva encontra melhor explicação em outra instituição romana, desta feita o *pátria*

⁴ Conforme argumentações Dionísio de Halicarnasso não encontrou dificuldades ao traduzir para a sua língua o nome da deusa romana *Iuventas* (a Juventude) por *Neotes*, mas tropeçou na disposição relativa ao tesouro da deusa (FRASCETTI, 1996).

potestas, o pátrio poder. Por meio deste Roma era definida como uma “cidade de pais”, ou seja:

Uma cidade onde não apenas os pais têm sobre os filhos direitos de vida e morte, como também o de alargar sob a própria *potestà* todas as fases da vida dos filhos, até que, depois da morte dos pais, eles mesmos se tornem ‘pais de família’, para reproduzir e azeitar por sua vez mecanismos de poder idênticos aos que tinham experimentado (FRASCHETTI, 1996, p. 71).

Como se verificou Roma não possuía uma definição muito clara das representações das fases da vida. Entretanto, para o autor acima citado, a estrutura e concepção em torno do pátrio poder fornece a melhor explicação para a extensão das etapas do ciclo de vida e também dos:

Consequentes e duríssimos conflitos entre gerações (sobretudo entre pais e filhos) que não se manifestavam apenas no palco dos teatros (...), mas também nos tribunais: como se a adolescência e a juventude fossem idades prorrogadas de maneira fictícia com o objetivo de evidenciar a continuação da submissão dos filhos aos pais, detentores efetivos de todos os poderes (FRASCHETTI, 1996, p. 71).

Por trás dessa concepção de prolongamento da juventude tomando como elemento de justificativa o pátrio poder o que se percebe é a tentativa de controle e dominação dos jovens por parte dos adultos. Retomando a discussão em torno da formação de Roma Sandoval (2005) argumenta que a origem dos conflitos geracionais tem seu início no último período do governo de Rômulo, uma vez que este se opôs abertamente a assembléia dos anciões, desobedecendo-os e não seguindo os seus desejos.

En este episodio se encontraría el origen de las conflictivas relaciones generacionales, por cierto, estamos ante la presencia de relaciones conflictivas llevadas al extremo entre jóvenes y adultos, (...), estas conflictivas relaciones entre jóvenes y adultos se producen en otros períodos históricos posteriores (SANDOVAL, 2005, p. 75).

A questão que se coloca não é sobre os créditos que se possam dar as concepções mitológicas sobre o surgimento de Roma, ligada aos irmãos Rômulo e Remo. O ponto a se indagar é que de fato os conflitos geracionais existiram na Roma antiga e apareceram em outros períodos da história. Concluindo essa questão, e pensando na juventude chilena, porém não diferente sobre o que tem se colocado de modo geral a respeito da juventude na América Latina, a argumentação do autor a

seguir é bastante instigante, pois chama a atenção para a necessidade de reflexão sobre o universo juvenil.

Por estos días se habla mucho de la baja organización de los jóvenes chilenos y/o de la emergencia de organizaciones de nuevo tipo en el mundo juvenil; en esse contexto es interesante volver la mirada al pasado y reconocer la existencia de organizaciones juveniles en la antigua Roma; en efecto, en la época imperial romana existían organizaciones juveniles de carácter territorial vinculadas a las 14 regiones y a los numerosos *vici* en los que se dividía la ciudad (SANDOVAL, 2005, p. 75).

O jovem, portanto, foi parte ativa e atuante na vida social romana, porém limitada e controlada por uma sociedade que mantinha as decisões concentradas nos anciões. Mesmo assim, associações juvenis foram formadas e, na época de Augusto, Marcos Valério foi considerado o “prefeito da juventude”. Essas organizações juvenis participavam ativamente dos chamados espetáculos dos jovens, preparado e organizado por eles mesmos, eram realizados anualmente (SANDOVAL, 2005).

No plano político a participação dos jovens também ocorria por meio dessas organizações. Era a forma que encontravam para atuarem mais enfaticamente nas decisões, conforme atesta os manifestos eleitorais de “Pompeya donde los jóvenes hacían propaganda a favor de algún candidato a la suprema magistratura de la ciudad. (...) los candidatos apoyados por los jóvenes se destacan por ser dignos, honrados y jóvenes, con lo cual queda demostrada la solidaridad geracional” (SANDOVAL, 2005, p. 76).

Reafirmando o que foi exposto, na antiguidade clássica, mesmo com as tentativas dos romanos, ainda não existia um conceito que delimitasse de forma clara o que era criança, jovem ou velho; as controvérsias com relação a idade, sobretudo dos jovens, apresentadas anteriormente, permaneceram na idade média. Porém, pode-se concluir que a existência de organizações juvenis se fez presente em Roma e que a juventude constituiu-se também em preocupação, daí entender a perspectiva de prolongamento como forma de controle e subjugação das gerações mais jovens pelas mais velhas.

A preocupação com uma delimitação dos grupos etários e consequentemente a separação destes por meio da idade, na forma como conhecemos na atualidade, teve seu início no período medieval. Porém, uma definição conceitual, teórica e também social mais precisa ou ao menos aceita, surgiu, entretanto, somente no final do século XIX e início do século XX. Nesse momento a juventude passou a ser concebida a partir dos

problemas que causava; constituindo-se, desde então, preocupação, mas também objeto de estudo das ciências sociais, cujo objetivo era compreender os aspectos em torno desse segmento.

Ao fazer uma interpretação da Arte Medieval do século XII, Ariés (1981), observa que nas pinturas as crianças tinham aparência de homens em miniatura, pois exibiam o peitoral e os músculos abdominais bem definidos, iguais a de um adulto. A idéia trabalhada pelo autor é a de um mundo da representação, em que a infância era desconhecida e, por conta disso, não representava muito interesse para os homens dos séculos X e XI.

O autor argumenta ainda que o alto índice de mortalidade infantil dificultava a formação de um vínculo sentimental dos pais em relação aos filhos, pois se a criança morresse, o que ocorria com frequência, essa logo seria substituída por outra. Deste modo, conclui-se que o apego sentimental dos adultos para com as crianças era algo pouco balizado.

Ante essa situação, as crianças permaneciam numa condição que pode ser caracterizada como uma espécie de anonimato. Superado o período de risco da mortalidade, a infância era considerada ainda como um período de transição, na qual os rituais de passagem era o momento de abandono de uma fase e inserção automática em outra. Assim, os membros desse grupo ao completar os sete anos de idade, deveria abandonar a sua touca, passando, desde então a utilizar o chapéu. Esse simbolismo significava que o sujeito perdera a sua condição anterior (criança), sendo conseqüentemente por meio desse ritual concebida como um homem (ARIÈS, 1981).

No século XVI não existia uma distinção/separação entre o universo dos adultos e das crianças, portanto, não havia separação entre os assuntos ou atos considerados perniciosos ou nocivos, tudo era permitido fazer e falar perto delas; também era comum brincar com a sua sexualidade, pois como já fora ressaltado, não se separava a vida das crianças do universo da vida adulta. Essa perspectiva possivelmente foi uma das heranças da sociedade grega; Marrou argumenta que “a pederastia, com efeito, afigura-se-me como uma das sobrevivências [da Antiguidade] mais nítidas e mais duradouras da Idade Média feudal” (apud SCHNAPP, 2006, p. 22).

Foi a partir do final do século XVII que católicos e protestantes passaram a se preocupar com a especificidade da infância, tanto que posteriormente, os jesuítas se preocuparam em retirar dos currículos destinados às crianças a leitura de clássicos (ARIÈS, 1981).

Surgiu daí em diante a “necessidade” de proteger as crianças a partir de uma concepção de “moralidade”, na qual a produção de costumes conservadores foi se concretizando durante todo o século XVII. Desse momento em diante passou a ser vigente uma literatura pedagógica e moral baseada na nova iconografia religiosa. No final desse mesmo século, já era possível perceber de forma mais acentuada uma concepção moral com relação às crianças. Nessa época, a infância passou a ser considerada inocente e associada aos reflexos da pureza divina, nessa concepção, portanto, sua alma impregnada de inocência era “considerada a morada de Jesus Cristo” Ariès (1981).

Fica latente, nesse contexto, a influência religiosa na construção dos grupos etários e a impregnação de costumes e valores que se instituem no decorrer dos séculos, ou seja, inicia-se um movimento que tinha como preocupação separar as crianças e jovens do mundo adulto através de instituições, o colégio, direcionadas para a educação de crianças e jovens. Assim, foram surgindo às contribuições para o balizamento gradativo de categorias específicas por meio da idade.

Ariès (1981) esclarece que na Idade Média, a vida escolástica surgiu no momento de passagem de uma educação que era reservada a um pequeno número de clérigos, no entanto, misturando várias idades dentro de um mesmo esquema de costumes e liberdades que, no início da era moderna, passou a proporcionar um maior isolamento das crianças, constituindo um espaço específico para elas.

Compreende-se, então, que a criação do colégio destinado à socialização das faixas etárias distintas tinha grandes objetivos no interior da sociedade. Esses objetivos consistiam em adequar as crianças e os jovens às normas da sociedade, formando neles um espírito cívico sob uma forma de vigilância constante, instituindo cada vez mais os costumes, os valores e, privando as crianças constantemente da liberdade que gozavam em meio aos adultos.

Até a Idade Média, não se tinha a preocupação em separar as idades ou delimitar a especificidade de cada uma. As transformações ocorridas entre os séculos XV ao XVIII tiveram como objetivo isolar cada vez mais as crianças de um espírito de liberdade, de forma a separá-las gradativamente da vida adulta; pouco a pouco essa preocupação foi ganhando espaço e exigindo uma maior especificidade, tanto que no final do século XVIII houve um florescimento desse objetivo, porém seus traços mais definidos somente foram possíveis no final do século seguinte.

Ante esse contexto Arries (1981, p. 110) argumenta que “o estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude”.

Foi no último quartel do século XIX que houve uma preocupação fundamental em relação às idades, na qual uma conscientização maior referente às especificidades da infância e também da adolescência passaram a existir, possibilitando apreender as variações e diferenças nessas fases da vida. Ariès (1981) salientou que antes do final do referido século, o conceito de adolescência não existia e que o indivíduo passava da infância diretamente para a vida adulta sem grandes destaques, dado as diferentes fases de transição, nas quais crianças e adultos se misturavam e compartilhavam entre si tanto o trabalho como os jogos.

CHOQUE GERACIONAL NA MODERNIDADE: A JUVENTUDE COMO GRUPO SOCIAL DISTINTO

Conforme argumentação de Islas (2009, p. 17) “não resta dúvida de que devemos a concepção moderna de juventude a Rousseau, que, em seu *Emílio*, publicado em 1762, consegue separar a criança e o adolescente do adulto”. A influência desse pensador contribuiu para o surgimento de três vertentes em torno das fases da vida: a *pedagógica*, centrada na criança, a *psicológica*, que se ocupou das questões sobre a adolescência e a *social*, que se encarregou de estabelecer os marcos iniciais para os estudos sobre a juventude separada da família.

Deste então a corrente pedagógica, que é a intenção mais explícita da obra acima mencionada, tem feito avanços significativos em torno dos estudos relacionados às peculiaridades e especificidades da criança. Juntamente com as contribuições de Pestalozzi, foi possível estabelecer “os fundamentos da educação estatal nacional do século XVIII, a partir dos quais se reconhecerá [reconheceu] à criança e ao adolescente o direito a uma instrução integral de acordo com sua própria personalidade” (ISLAS, 2009, p. 17).

De modo incipiente no final do século XIX, conceitualmente a adolescência surge como campo de estudo dentro da psicologia evolutiva. No início do século XX ganhou força com o psicólogo norte-americano Stanley Hall, que criou um tratado sobre adolescência, constituindo-se num marco de referência para o estudo. A partir daí, a

adolescência passou a ser percebida como uma etapa distinta do desenvolvimento humano. Desse modo, para Hall a adolescência é:

Uma idade especialmente dramática e tormentosa na qual se produzem inumeráveis tensões, com instabilidade, entusiasmo e paixões, e na qual o jovem se encontra dividido entre tendências opostas. Além disso, a adolescência supõe um corte profundo como a infância; é um novo nascimento (idéia tomada de Rousseau), em que o jovem adquire os caracteres humanos mais elevados (LEÓN apud, DEVAL 2009, p. 50).

Em função desses estudos, emergiu-se também a possibilidade para novas observações ligadas à questão da juventude, o juvenil surgiu como fator importante para esclarecer certos questionamentos. Entretanto, as várias manifestações juvenis ocorridas no século XX, com maior ou menor intensidade, se espalharam por todo globo, intensificando, sobretudo na Europa, o que se convencionou chamar de choque geracional.

Esse movimento que iniciou, principalmente no velho continente, despertou nos pesquisadores de vários campos do saber o intenso desejo pelo “estudo da categoria juventude, em especial para a sociologia, antropologia cultural e social, história, educação, estudos culturais, comunicação entre outras” (LEÓN, 2009, p. 49). Igualmente, criou a necessidade de melhor precisar as fases da vida e conseqüentemente saber o que pensava a juventude.

Também fez emergir o juvenil como grupo social distinto. Suas interferências foram tão significativas que Hobsbawm (1995) o caracterizou como sendo o marco inicial para formação de uma cultura jovem, colocando-a como matriz da revolução cultural. O autor destaca ainda que a melhor abordagem dessa revolução é “através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações” (p. 314). Uma vez que as pessoas passaram a viver uma enormidade de situações até então impensáveis e mesmo aceita no interior das formações sociais. Elas provocaram mudanças nas relações familiares e geracional.

Na Inglaterra e no país de Gales, por exemplo, em 1938 houve um divórcio para cada 58 casamentos. Esse índice aumentou em meados da década de 1980, pois a proporção foi na ordem de um divórcio para cada 2,2 casamentos. No final da década de 1970, houve mais de dez divórcios para cada mil casais casados nesses dois países. Nesse mesmo período, as mulheres que procuravam as clínicas ginecológicas, apontavam uma substancial diminuição no interesse pelo casamento formal, uma

redução no desejo de filhos e uma mudança de atitude no sentido de tolerância e aceitação de uma adaptação bissexual.

No mundo socialista (à época), com algumas variações essas características também foram sentidas, entretanto com intensidade menor do que no capitalismo. Conforme argumenta Hobsbawm (1995, p. 317) “o que era e é muito mais interessante é que, grandes ou pequenas, as mesmas transformações podem ser identificadas por todo o globo ‘modernizante’. Em parte alguma isso foi mais impressionante que no campo da cultura popular, ou mais especificamente, jovem”.

Uma das questões primordiais em torno desse processo foi a ampliação de uma cultura juvenil específica, e que se mostrava incomparavelmente forte, “indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. A juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade até a metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente” (HOBSBAWM, 1995, p. 317).

Um dos aspectos dessas transformações que mais interessa aos objetivos desse tópico, diz respeito às alterações em torno das relações de ‘patriarcado’, ou seja, “a superioridade dos maridos em relação às esposas e dos pais em relação aos filhos, assim como as gerações mais jovens” (HOBSBAWM, 1995, p. 315). Os arranjos básicos de organização familiar e social, conforme se verificou, foram mudando a partir da segunda metade do século XX, pelo menos nos países ocidentais desenvolvidos, nos quais essas relações foram enfraquecidas.

Buscaremos seguir o caminho no sentido de demonstrar como essas mudanças provocaram alterações nas chamadas gerações dos pais em relação às dos filhos. Portanto, os constitutivos morais que estabeleciam e orientavam as condutas dos primeiros já não era mais aceito e, conseqüentemente, negada pelos segundos. Deste modo, constitui-se o conflito entre as gerações, pois os filhos já não mais se reconheciam nos pais e, este, já não compreendia mais suas proles. Estabeleceu-se, de um lado, desta relação o enfrentamento e resistência, de outro, a imposição de valores concebidos como corretos. O resultado era o conflito entre ambas as gerações.

Faz-se necessário, entretanto, algumas observações conceituais com relação ao choque geracional, uma vez que:

O conflito das gerações desloca-se para o plano da sociedade e polariza-se numa proposição aberta que também transcende jovens e adultos e que se resume em aceitar o sistema, usufruindo as oportunidades de vida com que ele acena ou em rejeitar o sistema, tentando reconstruí-lo total ou

parcialmente, e realizando-se pessoalmente nesse esforço de reconstrução (FLORACCHI, 1972, p. 30).

No instante em que assume essa conotação social e somente tem sentido nela, esse conflito se configura em um processo de disputa de uma geração com a outra pela legitimidade dos valores que uma das partes desconhece ou não interessa em preservar, pois já não tem mais identificação com a mesma, portanto, lhe soa estranha e sem sentido. “Esta omissão, deliberada ou não, crítica ou ingênua, está na raiz do conflito de gerações. É como se uma geração ‘cobrasse’ à outra a fidelidade ao conjunto de problemas que a marcou como geração” (FLORACCHI, 1972, p. 25).

Os problemas que havia marcado a geração dos pais e, portanto extremamente significantes a estes, já não era mais a preocupação dos filhos. Isto posto, é preciso ainda compreender que “os grupos de idade são núcleos de socialização do indivíduo e recursos asseguradores da continuidade do sistema” (idem, ibidem). Assim, a juventude por si só, em momentos distintos, traz contido os questionamentos para o constante rejuvenescimento da sociedade, mas também a sua preservação, pois a tendência colocada é a de se transformarem em adultos conformados por meio de processos socializadores.

A geração, no entanto não está associada a uma idade específica. Os elementos que a constitui tem relação com a forma de locação social, ou seja, de identificação com as atividades realizadas. Uma vez que estas são estratificadas, há a necessidade de similaridade de locação. Assim, não foi o fenômeno da contemporaneidade que identificou os jovens da década de 1960, mas sim a similaridade de locação. O que os diferenciava do adulto era (foi) a forma de locação social. Ou seja, a maneira como se colocavam frente a realidade que se apresentava.

Era, portanto, a tentativa de rejeitar o sistema, de tentar reconstruí-lo, de forma total ou parcial, colocando-se como agente pessoal nesse esforço de reconstrução das condições objetivas as quais estavam imersos, construindo um “mundo” a sua imagem. Essa reconstrução, entretanto, representou a quebra de valores, padrões de comportamento e também mudanças na estrutura de organização social. Os jovens passaram a ser concebidos como os contraventores da ordem estabelecida, daí a necessidade de estudos que pudessem melhor definir e compreender a juventude que, a partir de então, se apresentava, cada vez com mais força, como grupo social distinto.

O fenômeno observável é que a radicalização dos anos 60 foi tão intensa que contribuiu para uma maior identificação dos jovens, pois muitas das agitações juvenis

era conflito com si mesma. Caracterizadas por meio do movimento estudantil, como forma de afirmação, passaram a ser lideradas, até onde aceitavam essa condição, por seus grupos de pares. Representava ao mesmo tempo resistência ao rótulo de criança e uma forte aversão a qualquer geração acima dos trinta anos de idade.

Historicamente não era novidade o reconhecimento da existência de grupos etários, mesmo entre a civilização burguesa, antes da década de 1960. Entretanto o que causava o estranhamento era a antecipação da juventude “à medida que tanto a puberdade quanto as aturas máximas eram atingidas mais cedo não mudava, em si, a situação. Simplesmente causava tensão entre os jovens e seus pais e professores, que insistiam em tratá-los como menos adultos do que eles próprios sentiam” (HOBBSAWM, 1995, p. 319).

Essa nova autonomia da juventude como grupo social distinto, foi simbolizada por meio de um fenômeno que, segundo colocação de Hobsbawm (1995), provavelmente não teve equivalente desde a era romântica do início do século XIX. O rock passou a ser a expressão cultural da juventude, algumas divindades populares, símbolos desse período – Janis Joplin, Brian Jones, Bob Marley, Jimi Hendrix e várias outras – foram vítimas de um estilo de vida onde a morte precoce era o resultado a se esperar. No entanto, eram concebidos como heróis, cujo ideal de vida e juventude terminavam juntas.

O que imperava, no contexto esboçado, era a ausência de reconhecimento e aceitação entre os grupos etários. A busca juvenil pela autonomia proporcionou conflitos e, onde marcaram presença acarretaram motins, levantes operários, contando também com a participação de jovens trabalhadores. Isso demonstrava a amplitude e vigor de uma cultura juvenil que emergia. O maio de 1968 é também um bom exemplo da intensidade dessas manifestações.

De igual modo, o movimento no final da década de 60, cuja intensão foi a redução da idade eleitoral para dezoito anos, ao mesmo tempo, no seu bojo, expressava também a tendência ao consentimento da antecipação do intercuro sexual. Era a juventude buscando legitimar-se como grupo social com concepções, atos e comportamentos específicos, mas isso não ocorria sem a contraposição aos valores das gerações anteriores. E nela, residia o conflito entre as gerações.

Esses movimentos representavam o reconhecimento de uma cultura juvenil e, conseqüentemente, do jovem como classe e/ou grupo social distinto. Dessas mudanças, o que se pode precisar em termos de resultado, foi o início do surgimento de uma

juventude totalmente redimensionada e com peculiaridades específicas. A novidade da nova cultura em voga apresentava ao menos três características diferentes.

Primeiro, a juventude sendo concebida como estágio final do desenvolvimento humano. Nessas condições, essa etapa do ciclo de vida não era mais concebida como um momento de preparação para a fase adulta, “mas em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano” (HOBSBAWM, 1995, p. 319). Devendo, portanto, ser vivida intensamente pelos sujeitos, independentemente da idade, classe ou grupo social, a juvenização passou a ser vista como um ideal de vida a ser alcançado.

A dificuldade da geração anterior em assumir o surgimento desse grupo como distinto, não ocorria no âmbito do mercado, visto que eram entusiasticamente reconhecidos pelos fabricantes de bens materiais e simbólicos. Forjou-se uma cultura juvenil na qual o mercado de cosméticos bastante se beneficiou. Deste modo, concessões explícitas e possivelmente nem sempre conscientes aos processos de juvenescimento dos segmentos sociais foram realizadas por meio do “*establishment* dos velhos e, não menos, pelas florescentes indústrias de cosméticos, de cuidados com os cabelos, de higiene pessoal que se beneficiaram desproporcionalmente com a riqueza em acumulação de uns poucos países desenvolvidos” (HOBSBAWM, 1995, p. 319).

A segunda característica em torno da cultura juvenil está associada a primeira, entretanto, conexas ao domínio desse grupo no mercado de trabalho, sobretudo nas economias de mercado desenvolvido. Uma vez que independentemente da administração das grandes empresas, os avanços tecnológicos, tais como os computadores e os novos programas, eram desenvolvidos pelos grupos etários na faixa dos vinte anos.

Essa geração, portanto, possuía uma familiaridade mais intensa com esses equipamentos, deste modo, “o que os filhos podiam aprender com os pais tornou-se menos óbvio do que o que os pais não sabiam e os filhos sim. Inverteram-se os papéis das gerações” (HOBSBAWM, 1995, p. 320). Simultaneamente a juventude, que não era uma novidade, foi se constituindo como grupo social específico, ligadas, sobretudo às transformações tecnológicas, econômicas e sócio-culturais no interior das formações sociais.

O internacionalismo juvenil nas sociedades urbanas, conseqüentemente, constituiu a terceira característica dessa nova onda cultural. Conforme argumentação de Hobsbawm (1995), essa hegemonia cultural não era nova, o que mudara fora seu modo de ação. Ou seja, esse segmento se constituía numa massa concentrada, com poder de

compra extremamente elevado. Mesmo os adolescentes que, ao inserirem no mercado de trabalho em tempo integral, demonstravam um poder aquisitivo diferente de seus antecessores, de outro lado, a maior prosperidade dos pais contribuía para tal situação, pois existia a desnecessidade da renda dos filhos no orçamento familiar.

Ante essas situações, foi se constituindo um estilo de ser jovem ligado a expansão dessa nova cultura. De início a difusão desse novo modo de vida se deu por meio:

Dos discos e depois fitas, cujo o grande veículo de promoção, então como antes e depois, era o velho rádio. Difundiam-se através da distribuição mundial de imagens; através dos contatos internacionais do turismo juvenil, que distribuía pequenos mas crescentes e influentes fluxos de rapazes e moças de *jeans* por todo o globo; através da rede mundial de universidades, cuja capacidade de rápida comunicação internacional se tornou óbvia na década de 1960. Difundiam-se ainda pela força da moda na sociedade de consumo que agora chegava às massas, ampliada pela pressão dos grupos de pares. Passou a existir uma cultura jovem global (HOBSBAWM, 1995, p. 321).

As mudanças descritas anteriormente foram acentuando a existência desse segmento como classe, grupo ou frações de classe com características específicas, porém inseridas em condições objetivas diferenciadas. O mercado, entretanto, com o objetivo de negociar lucrativamente, forja uma concepção homogênea de juventude como ideal a ser vivido plenamente. Desse modo, por meio da aquisição de bens materiais e simbólicos típico desse universo, era possível, independentemente da faixa etária, se manter 'sempre' jovem.

Conhecedor da heterogeneidade do universo juvenil, ao invés de excluir, o mercado fez um movimento inverso ao forjar uma concepção hegemônica, ou seja, dialogou lucrativamente:

Com as camadas sociais ao produzir uma variedade de bens materiais e simbólicos que criam uma relação de identidade e pertencimento entre as várias faixas etárias e grupos sociais. Esta situação, além de fomentar o consumo, criou também o pseudo-sentimento de 'inclusão'. Por outro lado, reforça no imaginário adulto a ideia do jovem como irresponsável e descompromissado com a conjuntura econômica e sócio-cultural, quando, na realidade, a mudança é estrutural e envolve questões econômicas, políticas, sociais e culturais (SANTOS; MENDES, 2011b, p. 78).

Ocorreu, então, uma inversão dos valores em torno da estrutura de organização dos segmentos juvenis, pois o que os caracterizava [e ainda caracteriza] era [é] a heterogeneidade, devido aos vários modos de locação no interior da sociedade e também as condições objetivas na qual se esteja inserido. Nesse âmbito, o contexto sócio econômico em que o jovem estava inserido deixou de ser o balizador para o

reconhecimento das várias formas de se viver a condição juvenil. A juventude passou a ser vista e concebida pela grande maioria, em função dessa anástrofe, como uma espécie de rótulo que pouca ou nenhuma distinção possuía entre si.

Ao mesmo tempo em que “o poder de mercado independente tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 322), desferiu sobre ela a pecha de homogeneidade, dificultando a análise sócio histórica a partir dos jovens. Acentuou também o abismo entre as gerações, provocando o distanciamento entre ambas. Essas mudanças, entretanto, não se restringiram aos países industriais desenvolvidos.

Conforme argumentação de Hobsbawm (1995, p. 323) “por mais forte que fossem os laços de famílias, por mais forte que fosse a ideia de tradição que os interligasse, não podia deixar de haver um vasto abismo entre a compreensão da vida deles, suas experiências e expectativas, e as das gerações mais velhas”. A cultura jovem foi a matriz da revolução cultural, entendida em termos mais amplos como sendo uma revolução nos modos e costumes, na forma de se viver a condição juvenil, de gozar o lazer, de ser e estar no mundo.

Conforme se buscou mostrar, a juventude no século XX eclodiu com uma força imensa capaz de provocar turbulências no interior da sociedade europeia a partir da década de 1950. Esta, de proporções colossais, em pouco tempo se expandiu por todo o globo⁵, estabelecendo mudanças que atingiram campos como o econômico, político e sócio culturais, proporcionando aberturas para novas concepções que conflitavam com os valores e padrões das gerações mais velhas ante a negação dos padrões morais de comportamento estabelecidos.

A juventude, por conseguinte se constituiu, sobretudo no século XX, como grupo social distinto no interior das formações sociais, recebendo atenção de diferentes campos do conhecimento científico. Várias correntes teóricas a partir de então, procuraram compreender melhor o segmento juvenil, proporcionando para a posteridade pertinentes contribuições em torno dos jovens e da temática da juventude, evidenciando a complexidade em torno da sua compreensão teórica e conceitualmente.

A ampliação dos ciclos de vida, no período em questão, estendeu o conceito de juventude a segmentos das camadas populares tendo imbricações significativas, pois

⁵ No Brasil essas movimentações foram sentidas por volta da década de 1960, entretanto o juvenil era concebida a partir dos problemas que causavam. E na sua grande maioria associada a concepção de juventude burguesa, vista como estágio de preparação para a vida adulta.

rompeu com a concepção de juventude vinculada apenas a burguesia. Isso exigiu a “vigência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, não mais só a família e a escola; a importância dos campos do lazer e da cultura, principalmente na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores” (ABRAMO, 2005, p. 43).

A juventude, desse modo, deixa de ser vista como preparação para a vida adulta e, as suas experiências vividas passam a ter sentido em si mesmas. O juvenil de fato constituiu-se como grupo específico no interior da sociedade, sobretudo na modernidade e no período contemporâneo e, por conta disso, necessita de atenção especial e reconhecimento de suas especificidades. No entanto, sua definição permanece complexa.

Abramo (2005) também destaca que a literatura sociológica oscila nas abordagens sobre o tema, criando uma tensão:

Entre análises que privilegiam o plano simbólico, a partir da idéia de uma condição juvenil referida a uma fase da vida, que, no limite, podem desembocar na consideração da juventude como mero signo, uma construção cultural relativamente desvinculada das condições materiais e históricas, e análises que privilegiam a posição na estrutura socioeconômica e que, no limite, afirmam ser tal noção destituída de significação social (ABRAMO, 2005, p. 42).

Essa tensão teórica, entretanto, pode ser resolvida pela distinção entre a *condição* e a *situação* juvenil. A primeira relaciona-se com a classe social e as condições objetivas vivenciadas pelos jovens. É o modo como uma formação social constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida. A segunda é a interpretação pelo jovem da sua realidade, é o modo como a condição juvenil é vivenciada partindo dos distintos recortes associados às diferenças sociais.

Nessa perspectiva, então, não há uma forma única para se viver a condição juvenil. O mais coerente é falar de juventudes no plural, e não juventude no singular, para enfatizar as diferenças e desigualdades vividas por muitos jovens. Como grupo social distinto e cada vez mais presente na sociedade, a questão que se coloca não é mais “sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, [mas] sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (ABRAMO, 2005, p. 44).

As representações sobre o que é ser jovem tornaram-se extremamente complexas, pois o segmento está sujeito as interferências de uma série de fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais. Para a sua constituição a reprodução dos valores morais e culturais, por meio das agências socializadoras

clássicas – Família, Escola e a Religião –, tem sido significativo. No entanto, cabe ressaltar que há várias formas de se viver a condição juvenil, desse modo, a juventude campesina apresenta aspectos divergentes em relação à juventude urbana de classe média ou de camadas populares.

Desse modo, a medida que foram se tornando grupo específico e adquirindo maior visibilidade, as condições objetivas em que se vive foi balizando suas características e colocando a necessidade de reconhecer esses espaços como constitutivos das culturas juvenis.

Paes (1990) expressa que é pelas representações sociais da cultura dominante que se têm avaliado as culturas juvenis, e enfatiza de forma aconselhável que se deveria dar mais atenção ao desenvolvimento de um conceito de cultura juvenil do ponto de vista antropológico do qual muito contribuiria com suas análises sobre as práticas cotidianas dos agentes jovens e o que elas expressam.

A cultura juvenil não se limita a um grupo de indivíduos que antecipa a vida adulta, pois os jovens não vivenciam e experimentam as mesmas coisas de forma igualitária, cada um possui a sua particularidade, o seu próprio itinerário individual, que varia de acordo com sua trajetória, esta, porém, vinculada diretamente com a família, à classe social e o meio em que vive.

Ante essa diversidade de concepções juvenis e na complexidade de sua vivência, José Machado Paes (1990), chama a atenção para a dinâmica do conceito de juventude e enfatiza a importância de não se prender às correntes teóricas sobre o estudo da juventude, mas articular e contribuir para novos fatos empíricos. Mesmo assim, ainda existe confusão na utilização dos conceitos, visto que adolescência⁶, muitas vezes, é empregada como sinônimo de juventude.

O que se verifica é que “a noção de juventude adquiriu incontáveis significados: serve tanto para designar um estado de espírito quanto para qualificar o que é novo e atual, chegando a ser considerada como um valor em si” (LEÓN, 2009, p. 54). Deste modo, caracterizar um período específico que determine o seu fim é algo cambiante; ela precisa ser compreendida a partir da lógica de construção, assumindo o conceito como heterogêneo, pois seu término é contraditório em função das condições objetivas em que está inserida. De tal modo, sua noção é variada, podendo sofrer modificações dentro da mesma sociedade.

⁶ Concebida como uma etapa da vida na qual, biologicamente, ocorrem modificações físicas e cognitivas como um processo de mutação física que logo termina (LEÓN, 2009).

A definição de juventude ainda é algo complexo, no entanto, necessária para marcar o início do caminho na construção das identidades das categorias juventudes, sem que as diferenças de classe social se superponham. Helena Abramo nos ajuda nessa tarefa ao considerar o seguinte:

A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa etária de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição de tempo, de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modifica de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas visões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (ABRAMO, apud LEÓN, 2009, p. 54).

Isso significa que os sujeitos se constituem no mundo através das relações com os outros. Dessa forma, o ser humano está em constante construção através das várias relações sociais vivenciadas no cotidiano em função dos diferentes espaços que circulam no interior das formações sociais.

A concepção de homogeneidade, entretanto, é algo presente no imaginário social quando se fala em infância, juventude, maturidade ou velhice. De igual modo, um conjunto de normas e regras socialmente pré-estabelecidas e associadas à faixa etária parece constituir critério para determinar padrões de comportamentos. Nesses termos as identidades dos sujeitos são construídas com base na idade, assim, a vida passa a ser composta por fases distintas, sendo a juventude uma delas.

Morin (apud DAYRELL, 2005) contrapõe essa perspectiva ao afirmar que todos os ciclos da vida se englobam e se misturam, para o autor:

Quando se misturam envelhecimento e rejuvenescimento, [é] que sinto em mim todas as idades da vida. Sou permanentemente a sede de uma dialógica entre infância/adolescência/maturidade/velhice. Evoluí, variei, sempre segundo esta dialógica. Em mim unem-se, mas também se opõem os segredos da maturidade e os da adolescência (p. 307).

O autor enfatiza essa ideia a partir de um conjunto de questionamentos que procura direcionar o conhecimento de si mesmo a partir das seguintes questões: Que resta de você? Você se tornou poroso, corroído, escamoso, esponjoso? Você se emudeceu, endureceu, fechou-se, desfez-se em pó? Resistiu ao lento desvio da idade? Ganhou os segredos da maturidade sem perder os segredos da adolescência? A

provocação objetiva centrar a atenção para uma reflexão sobre os padrões socialmente definidos que colocam cada etapa da vida como um acontecimento isolado, quando na realidade eles se inter-relacionam.

Ao refletir sobre os questionamentos, entende-se que uma idade não elimina a outra, permanece contida, porém de forma diferenciada. Isso significa que a faixa etária enquanto delimitador é instável. O tempo deve ser mais que uma sucessão linear no qual tudo passa e se desfaz com o avanço da idade. Portanto, é preciso reconhecer que cada sociedade, em todos os períodos históricos, sempre atribuiu significado às fases da vida, visto que estas são representações sociais do seu tempo, conforme se buscou evidenciar até aqui.

Para Bourdieu (1983) “a juventude é apenas uma palavra”. O sociólogo explica que a juventude e a velhice são construídas socialmente na luta entre jovens e velhos e que existe uma grande arbitrariedade por não saber quando começa a velhice e ainda, é necessário ter cuidado para não confundir idade biológica e idade social. Para ele, a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável visto que existe uma corrida constante contra o tempo em busca de um desejo pelo rejuvenescimento.

Ao fazer uma análise sobre a juventude contemporânea, Dayrell (2003, p. 42) salienta que estes são sujeitos sociais vindos de famílias específicas que fazem parte de um determinado lugar na sociedade, portanto são inseridos em relações sociais distintas. O autor enfatiza que “o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade”, estes sujeitos são portadores de desejos e travam relações no interior da sociedade construindo assim as múltiplas histórias sobre a juventude.

Ante essas questões, não se pode pensar na juventude como um grupo homogêneo caracterizado pela faixa etária, mesmo sendo necessária esta se constitui apenas um marco delimitador conseqüentemente contrário a ideia de definição pela idade, pois uma serie de fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais interferem nessa constituição. Portanto na sociedade contemporânea, marcada pela heterogeneidade e contradição, o mais correto, conforme ressaltamos, é falar em juventudes no plural, e não juventude no singular, justamente para salientar as mais variadas formas de se viver a condição juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto apresentado, o objetivo não foi definir o que seja a juventude, mas demonstrar a existência de múltiplos significados para essa etapa/fase da vida. Nela os sujeitos se deparam com um contexto social diversificado que se estabelece a partir do grupo social em que se convive. A partir dessa socialização, sobretudo na contemporaneidade, surgem alternativas possíveis de escolhas, mediadas pelo *habitus*, nas quais os agentes sociais se pautam para construir variados modos de ser e viver a condição juvenil (BONNEWITZ, 2003).

Ao se tratar da história dos jovens, concordando com Levi e Schmitt, percebeu-se que “como construção social: em nenhum lugar, em nenhum momento da história, a juventude poderia [pode] ser definida segundo critérios exclusivamente biológicos ou jurídicos. Sempre e em todos os lugares, ela é investida também de outros símbolos e de outros valores” (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 14).

O estudo sobre a juventude tomando como mote o campo da história se fez importante e necessário a fim de apresentar essa categoria para além dos rótulos que, também historicamente, a tem constituído, principalmente no período moderno, muitos das concepções aí formuladas, perpassaram para o período posterior e tem sido utilizados equivocadamente para definir a juventude. Mesmo com a ampliação das pesquisas no campo científico, os rótulos insistem em permanecer, possivelmente pela complexidade e heterogeneidade em torno do universo juvenil como objeto de estudo.

Por outro lado e refletindo sobre esses aspectos, são esses mesmos rótulos que mantêm a noção equivocada de juventude como homogênea, inclusive por meio da idade, servindo ainda para manipular, controlar e fortalecer os estereótipos em torno do universo juvenil. Desse modo a idade se torna um dado manipulável capaz de impingir padrões de comportamento, valores e normas a serem seguidas por um determinado grupo etário.

Compreendeu-se que a juventude bem como as demais épocas da vida, são construídas de acordo com a base sociocultural, porém marcada por um caráter de *limite*, visto que a sua natureza é carregada de significados simbólicos de compromissos e ameaças, potencialidade e fragilidade. É uma categoria que independente de ser objeto de análise, mas uma vez inserida nesse processo, carece atenção especial e extremo cuidado teórico e conceitual nos mais diferentes períodos.

Portanto, é importante considerar a juventude como uma unidade sócio-cultural e empírica não homogênea, pois as diferenças sociais, étnicas, religiosas e econômicas fazem sentir as representações simbólicas que delas se fazem nos momentos históricos

distintos. A necessidade em caracterizar e defini-la, também é histórica, no entanto, de resultados ainda parciais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo: ANPED, número especial n. 5-6, p.25-36, 1997.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família.** Tradução de Dora Flanksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Bourdie.** Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: vozes, 2003.

CANEZIN GUIMARÃES (Org.). **Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade.** Goiânia: editora da UCG, 2008.

_____; M. T. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas.** Goiânia: Editora da UFG: Cãnone Editorial, 2009.

CAVALCANTE, C. V. **Jovens e estratégias educativas de inserção nos espaços urbano e virtual.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, Goiânia, 2010.

DAYRELL, J. **O jovem como Sujeito Social.** *Revista Brasileira de Educação,* n.4, p. 40-53, set./out./Nov./dez.2003. Fontes, 1998. 191p.

_____. **Juventude, Grupos Culturais e Sociabilidade: Comunicação, Solidariedade e Democracia JOVENES.** *Revista de Estudos sobre a Juventude.* Año 9, n° 22 México DF: enero/junio 2005. p. 306-323.

FORACCHI, M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

FRASCHETTI, A. O mundo romano. In: LEVI, G; Shimitt, J. C. (Orgs.). **História dos Jovens: da antiguidade a era moderna.** Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

HOBBSAWM, E. A revolução cultural. In: HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ISLAS, J. A. P. Juventude: um conceito em disputa. In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas.** Goiânia: Editora da UFG; Cãnone Editorial, 2009.

LEÓN, O. D. **Uma revisão das categorias de adolescência e juventude.** In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas.* Goiânia: Editora da UFG: Cânone Editorial, 2009.

LEVI, G; Shimitt, J. C. **História dos Jovens: da antiguidade a era moderna.** Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

PAIS, J. M. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos.** *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106. 1990.

SANTOS, C. S. **Jovens do proeja de Urutaí: mediações entre a escola e o mundo do trabalho.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, Goiânia: 2011. Disponível em <http://www.forumeja.org.br/pf/node/187>. Acesso em: 01 de novembro de 2011.

_____; MENDES, G. L. C. Jovens como agentes sociais e culturais da sociedade contemporânea. In: BALDINO, J. M; ALMEIDA, M. Z. (Orgs.). **Educação e realidade contemporânea.** *Cadernos de Área*, v. 28, p. 75-81. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011b.

SCHNAPP, A. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G; Shimitt, J. C. (Orgs.). **História dos Jovens: da antiguidade a era moderna.** Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

SANDOVAL, M. **Jóvenes del siglo XXI: sujetos y actores en una sociedad en cambio.** Santiago, Ediciones UCSH, 2005.